

Lei do Piso: o olhar dos pesquisadores

Law of Wage Floor: the researchers' view

Tânia Mara Dias Gonçalves Brizueña

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

tania.brizueña@hotmail.com

Shirley Takeco Gobara

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

stgobara@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a produção científica a respeito da lei n.º 11.738/2008, que é parte de uma pesquisa em desenvolvimento que investiga a atuação do professor pedagogo de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir das alterações estabelecidas pela lei n.º 11.738/2008, a Lei do Piso. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica cujo levantamento foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), de 2009 a 2018. Procedeu-se a análise com a identificação de características relativas ao ensino de ciências. Dentre os resultados, observou-se que a lei n.º 11.738/2008 não foi implementada em todos os estados e que não há pesquisas que fazem relação do ensino de ciências com a Lei do Piso. As produções retratam valorização docente, contradições apresentadas na lei, política de formação de professores, papel da gestão escolar na implementação, cumprimento e qualidade do uso do tempo dos professores.

Palavras chave: Lei do Piso, ensino de ciências, anos iniciais.

Abstract

The aim of the present study is to analyze scientific production about the law n.º 11.738/2008, that is part of a research under development investigating the performance of science teacher in the first grades of elementary school, from the amendment established by law n.º 11.738/2008, the Law of Wage Floor. This is a bibliographic research whose the study was held in Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, from 2009 to 2018. The analysis with the character identification in relation to the science teaching was carried out. In the results, was noticed that the law n.º 11.738/2008 was not implemented in all states and there are not research that link the science teaching with the Law of Wage Floor. The productions portray teacher appreciation, contradiction exist in Law, teachers training policy, role of the school management in implementation and correct and qualified use of the teachers time.

Key words: Law of Wage Floor, science teaching, first grades.

Introdução

A lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, mais conhecida como “Lei do Piso” ainda não foi implementada em todo o território brasileiro¹.

A lei determina tanto a aplicação de um piso nacional como o limite de carga horária da jornada do professor para desempenhar as atividades de interação com os educandos. Assim, pesquisadores têm se debruçado sobre questões envolvidas ao preconizado pela legislação, a fim de saber como tem sido a aplicação desta lei.

Nesse viés, com o objetivo de levantar a produção científica existente referente à temática, escolhemos para este trabalho apresentar os resultados das produções observadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O enfoque do levantamento tem relação com os professores da área de ensino de ciências, uma vez que este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento que busca investigar a atuação do professor pedagogo de ciências nos anos iniciais da educação básica, de 1º ao 5º ano. Tal função foi atribuída a partir da Lei do Piso pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Metodologia e Resultados

A pesquisa bibliográfica foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e a delimitação temporal para a análise, de 2009 a 2018, foi definida em razão do ano posterior ao da “Lei do Piso” e ao limite temporal que se estabeleceu para a pesquisa, a fim de observar a aplicação da lei, as imbricações em sua implementação e a relação com os professores pedagogos que ensinam ciências.

A partir do levantamento, procedeu-se a análise com a identificação de características relativas ao ensino de ciências, e as pesquisas foram identificadas, inicialmente, pela lei n.º 11.738 em seu título, com foco em doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional. Foram localizados 22 registros, sendo 17 dissertações e cinco teses.

Dentre as teses, observamos que o foco das pesquisas foi a valorização do magistério a partir da lei n.º 11.738/2008, relacionadas à promoção horizontal e à remuneração, bem como as contradições apresentadas na referida lei e o papel dos políticos durante sua tramitação, conforme demonstrado no Quadro 1.

¹ Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), em dezembro de 2016, apenas 14 estados brasileiros cumpriam a lei n.º 11.738/2008 no que diz respeito ao pagamento do piso salarial, e apenas 19 estados brasileiros haviam cumprido a implementação de 1/3 (um terço) na jornada dos professores com atividades extraclasse.

Ano	Universidade	Autor	Título
2012	USP	Fabício Aarão Freire Carvalho	Financiamento da educação: do FUNDEF ao FUNDEB - repercussões da política de fundos na valorização docente da rede estadual de ensino do Pará - 1996 a 2009
2012	UNB	Juçara Maria Dutra Vieira	Piso salarial para os educadores brasileiros: quem toma partido?
2015	PUC-GO	Marinalva Nunes Fernandes	Tempo e salário: as contradições da Lei do Piso salarial profissional nacional do magistério
2014	UFRN	Rosângela Maria de Oliveira Silva	Promoção, vencimento e avaliação de desempenho do professor do ensino fundamental: o PCCR da rede municipal de ensino de Natal/RN (2004-2010)
2017	UFPA	Charles Alberto de Souza Alves	A política de remuneração dos professores da rede estadual de educação básica do Pará

Quadro 1: Teses produzidas de 2009 a 2018, referentes à lei n.º 11.738/2008 e registradas na BDTD.

No que tange às dissertações, notamos que estão relacionadas à valorização salarial docente por meio da lei n.º 11.738/2008, à política de formação de professores, ao papel da gestão escolar na organização, ao cumprimento e à qualidade do tempo destinado às horas de atividades extraclasse dos professores, conforme demonstrado no Quadro 2. Verificamos que duas delas não se referem ao objeto investigado, embora tenham sido relacionadas na busca avançada. Uma é da área de saúde e a outra da área de geografia. Adicionalmente, a fim de localizar outras pesquisas relacionadas ao objeto a ser investigado, com foco no ensino de ciências, buscamos recuperar pesquisas pela palavra “Ciências” e “Séries iniciais”, em seu título, no período de 2009 a 2018. Foram localizados 16 registros, no entanto dois se repetiram, perfazendo 14 registros dentre os quais, 13 dissertações já defendidas e uma tese.

Ano	Universidade	Autor	Título
2010	UFG	Jarbas de Paula Machado	Piso salarial profissional nacional do magistério: conflitos e limites de sua implantação na rede pública estadual de Goiás
2010	UFRN	Maria Aparecida dos Santos Ferreira	Valorização do magistério da educação básica no RN: participação do SINTE e do governo estadual na implementação do piso salarial profissional nacional na rede pública estadual no ano de 2009
2012	UFRN	Flávio Henrique Rodrigues Carneiro	O piso salarial nacional: a valorização do professor na Constituição de 1988
2013	UFJF	Rosimar José de Aragão Borduchi	A hora de trabalho pedagógico coletivo a partir da implementação da lei complementar n.º 613/2011: estudo de caso em uma escola municipal de Limeira – SP
2014	UFMT	Aparecido Derney	Leitura na formação docente: um estudo das práticas dos professores de língua portuguesa durante a hora-atividade
2014	FGV	Humberto César Bernardo	Proposta de aperfeiçoamento profissional referente as horas de atividades extraclasse: contexto do município de Caraguatatuba face à implantação da lei Federal n.º 11.738/2008
2015	UNB	Raimundo Rainero Xavier	A instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) por meio da lei n.º 11.738/2008 valoriza os professores do magistério da educação básica?
2015	UNISUL	Claudinéia da Silva de Oliveira	A valorização do professor do ensino médio nos estados de Santa Catarina e Paraná
2015	UFJF	Dário Pinheiro Silva	O compartilhamento de cargas horárias na secretaria de educação e qualidade do ensino/Seduc-Amazonas
2015	UNB	Eduardo Ferreira da Silva Caetano	Políticas de valorização profissional dos professores do 1º ao 5º ano de Unai: a Lei do Piso
2016	UFRN	Amilka Dayane Dias Melo	O vencimento dos profissionais do magistério da rede pública estadual de ensino do RN (2008-2014): a implementação do PSPN - lei n.º 11.738/2008
2016	UFJF	Sandra Serralva Rodrigues de Macêdo	Elaboração e implementação da política de formação para os servidores da educação do município do Recife/PE: considerações deste percurso

2017	UFJF	Cíntia Alethéia de Paiva	A organização do horário destinado às atividades extraclasse na Escola Paulo Freire da rede estadual de Minas Gerais
2017	UFJF	Evaldo Bezerra Pereira	Horário de trabalho pedagógico - HTP implementado pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas – SEDUC: estudo de caso em duas escolas da rede estadual de Manaus – AM
2018	UFJF	Soeli Fagundes de Almeida Mercês	A hora-atividade como espaço para a formação continuada de professores no âmbito das escolas estaduais da regional Ouro Preto do Oeste (RO)

Quadro 2: Dissertações produzidas de 2009 a 2018, referentes à lei n.º 11.738/2018 e registradas na BDTD.

Conforme demonstrado no Quadro 3, a pesquisa de Augusto (2010), intitulada “A formação de professoras para o ensino de ciências nas séries iniciais - análise dos efeitos de uma proposta inovadora” teve como objetivo analisar os efeitos provocados por uma proposta inovadora de formação em serviço nas concepções e práticas declaradas sobre o ensino de ciências de professoras polivalentes que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental.

Na pesquisa, sugere-se que, nos cursos de pedagogia, haja a inserção de disciplinas que tratem dos conteúdos específicos de forma mutuamente integrada, que aliem teoria pedagógica à prática de ensino dos conteúdos específicos, buscando um paralelo com o tratamento a ser realizado nos anos iniciais, mas com uma abordagem mais aprofundada.

Ano	Universidade	Autor	Título
2010	UNICAMP	Thais Gimenez da Silva Augusto	A formação de professoras para o ensino de ciências nas séries iniciais - análise dos efeitos de uma proposta inovadora

Quadro 3: Tese produzida de 2009 a 2018, com foco no ensino de ciências e anos iniciais e registrada na BDTD.

Quanto às dissertações registradas, averiguamos que são relacionadas à formação inicial e continuada de professores dos anos iniciais, à análise de proposta curricular de ciências naturais nos anos iniciais; ao levantamento de saberes necessários na formação inicial e continuada de professores dos anos iniciais; às práticas e estratégias de ensino e avaliação em ciências naturais; à análise das tendências das teses e dissertações direcionadas ao ensino de ciências nos anos iniciais; à análise do processo de categorização social que emerge nas aulas de ciências nos anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos; às estratégias para compreensão de conceitos químicos no ensino fundamental; à produção de blog para o ensino de ciências; à análise de discurso nas aulas de ciências e aos processos mnemônicos em atividades de ensino de ciências, conforme demonstrado no Quadro 4.

Ano	Universidade	Autor	Título
2009	UFRGS	Nelson Luiz Reyes Marques	Formação dos alunos do curso normal para o ensino de ciências nas séries iniciais: uma experiência em física térmica
2009	USP	Mari Inez Tavares	Um olhar sobre a educação continuada em Ciências de professores das Séries Iniciais no Estado de São Paulo
2009	UFSC	Claudia Maria Messores	Um estudo sobre a educação em ciência, tecnologia e sociedade - CTS nas ciências naturais das séries iniciais do ensino fundamental no contexto da proposta curricular da Santa Catarina - PC/SC
2009	UNESP	Renata Duarte Zuliani	Professores das séries iniciais do ensino fundamental e as feiras de ciências
2009	UNESP	Mariana Vaitiekunas Pizarro	Histórias em quadrinhos e o ensino de ciências nas séries iniciais: estabelecendo relações para o ensino de conteúdos curriculares procedimentais
2009	UNICAMP	Rebeca Chiacchio Azevedo Fernandes	Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências nas series iniciais da escolarização (1972-2005)
2010	UFRPE	Marília Ferreira Vilela	Processos de categorização social em aulas de ciências nas séries iniciais da educação de jovens e adultos
2011	UNB	Patrícia Rosa Ferreira	Um exame de objetivos didático-pedagógicos de visitas ao jardim zoológico realizadas por professoras das séries iniciais do ensino fundamental
2012	UNB	Delzimar Prates Alves	Formação continuada para professores de Ciências nas séries iniciais: uso de modelos e modelagem para introdução de conceitos químicos
2012	UTFPR	Giovani Fernandes Galvão	O blog como instrumentação para professor de ciências das séries iniciais
2016	UFABC	Orcenil Ribeiro Filho	A ludicidade na construção do conhecimento em aulas de Ciências nas séries iniciais da Educação Básica
2016	USP	Miriam Navarro de Castro Nunes	Memorizar-imaginar-criar: investigações sobre memória e ensino de ciências nas séries iniciais
2016	UFES	Valdirene Bernardino Pires	A formação de professores das séries iniciais na UFES/São Mateus e suas concepções sobre o ensino de ciências

Quadro 4: Dissertações produzidas de 2009 a 2018, com foco no ensino de ciências e anos iniciais e registradas na BDTD.

Verificamos que, dentre as pesquisas localizadas, a dissertação de Silva (2015) e de Pires (2016) se aproximaram do objeto investigado pela autora, uma vez que Silva (2015) apresentou a percepção dos professores que vivenciaram a normatização lotacional dos professores regentes de classe, implementada nos anos letivos de 2013 e 2014 na SEDUC-AM a partir da necessidade advinda da implementação da lei n.º 11.738/2008.

Silva (2015) concluiu que o compartilhamento de cargas horárias incidiu em um quantitativo maior de professores contratados, interferindo negativamente nos planejamentos pedagógicos das atividades docentes, o que impediu que os professores participassem de todas as reuniões pedagógicas e das atividades das escolas nas quais estavam lotados no mesmo turno, em dias diferentes, mesmo tendo receptividade considerada normal dos gestores escolares.

Pires (2016) buscou compreender a formação dos professores que atuam nos anos iniciais e as suas concepções de ensino na disciplina de ciências nas escolas municipais de São Mateus-ES. Verificou como o processo de formação tem possibilitado aos professores analisarem criticamente a construção do currículo e sua própria ação pedagógica do ponto de vista dos conteúdos e da metodologia nos anos iniciais do ensino fundamental.

Os resultados obtidos por Pires (2016) mostraram que o ensino de ciências se mantém pautado na transmissão de conteúdos. Apontou limitações na prática docente e na formação dos professores e indicou a necessidade de formação continuada centrada nos saberes da formação e da experiência desses profissionais.

Com relação ao levantamento realizado, notamos que as pesquisas apresentam certa relação com a Lei do Piso, no entanto não tratam especificamente do ensino de ciências. Desta maneira, embora haja alguma aproximação com a pesquisa em desenvolvimento pela autora, nenhuma é voltada ao objeto investigado, ou seja, investigar a atuação do professor pedagogo de ciências nos anos iniciais da educação básica, de 1º ao 5º ano, a partir da Lei do Piso.

Para a implementação da lei n.º 11.738/2008 nos anos iniciais da educação básica, de 1º ao 5º ano, foi necessário a contratação de mais profissionais para dividir a carga horária com o professor regente em sala de aula, para cumprimento dos períodos letivos e dos programas pedagógicos, visto que no artigo 2º, § 4º, a referida lei prevê que o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária do professor para interação com os educandos. (BRASIL, 2008). De tal modo o professor teria 1/3 (um terço) de sua carga horária para as demais atividades extraclasse como preparação de aula, correção de atividades e capacitação.

Considerações Finais

O principal objetivo deste trabalho foi o de analisar a produção científica a respeito da lei n.º 11.738/2008, visto que a pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo geral investigar a atuação do professor pedagogo de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir das alterações estabelecidas pela lei n.º 11.738/2008.

O diálogo com os trabalhos levantados possibilitou perceber que a referida lei traz imbricadas questões que são amplas e diversas. Assim, tais questões merecem o olhar atento de pesquisadores, uma vez que elas apontam para a necessidade de se conhecer sobre o que está acontecendo no interior da escola, no que diz respeito à implementação da lei, à política pública adotada para a reorganização do currículo, ao papel dos gestores no cumprimento da hora-atividade e da formação, à reorganização do trabalho docente para o desenvolvimento dos 2/3 (dois terços) da carga horária da jornada destinada à interação com os educandos e de 1/3 (um terço) para a atividade extraclasse.

Quanto à reorganização do currículo dos anos iniciais da educação básica, há um impacto sobre os estudantes e os professores, visto que o professor regente diminuiu seu tempo de interação com os educandos, sendo necessária a contratação de outro profissional para dividir a jornada e cumprir a carga horária e os dias letivos previstos. Cabe investigar como se deu a decisão das secretarias de educação na escolha do profissional a ser contratado e sua atuação na educação básica.

No Estado de Mato Grosso do Sul, *locus* regional da pesquisa, houve a contratação de outro professor pedagogo para dividir a carga horária com o regente e ministrar ciências. Esse profissional assumiu diversas turmas para compor sua carga horária de trabalho. O trabalho de pesquisa em desenvolvimento pretende analisar como está ocorrendo a implementação dessa proposta, oriunda da Lei do Piso, uma vez que atribui uma função específica ao professor pedagogo, ensinar a disciplina ciências. O levantamento realizado evidenciou que não há trabalhos e/ou propostas de implementação da Lei do Piso similares à proposta adotada no MS. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa que está em desenvolvimento é relevante e inédito.

Espera-se, portanto, que este trabalho venha contribuir com as discussões voltadas para a melhoria da educação básica e possa sinalizar caminhos para futuras pesquisas no que tange às políticas públicas adotadas que afetam o interior da escola, especificamente, o Ensino de Ciências.

Agradecimentos

A Fundect. Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul pelo apoio financeiro recebido.

Referências

- AUGUSTO, Thais Gimenez da Silva. A formação de professoras para o ensino de ciências nas séries iniciais - análise dos efeitos de uma proposta inovadora. 300 f. **Tese** (Doutorado - Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2010.
- BRASIL. Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Presidência da República, 17 jul. 2008.
- PIRES, Valdirene Bernardino. A formação de professores das séries iniciais na UFES/São Mateus e suas concepções sobre o ensino de ciências. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Ensino na Educação Básica), Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
- SILVA, Dário Pinheiro. O compartilhamento de cargas horárias na secretaria de educação e qualidade do ensino/Seduc-Amazonas. 103 f. **Dissertação** (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2015.
- CNTE Notícias. Saiba quais estados brasileiros não respeitam a Lei do Piso. **Boletim eletrônico** de 15/03/2016. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/tabela-salarial.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.